



Setor pesqueiro nacional se reúne pela primeira vez com ministra da Pesca

Metas para que o setor seja reconhecido foram traçadas na reunião

“**A**ntes de tudo, será importante que o setor esteja unido para resolver os problemas que impedem o aumento da produção. Queremos que o setor seja respeitado. Precisamos ser reconhecidos. Quem tiver incomodado pode ir pescar enquanto nós trabalhamos”, foi assim que a ministra da Pesca, Ideli Salvatti iniciou seu primeiro encontro com representantes do setor pesqueiro nacional, em Brasília.

Fernando Ferreira, presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (Conepe), demonstrou que o setor está disposto a trabalhar em conjunto com a ministra da Pesca. “Estamos bastante animados com seu discurso de posse do Ministério da Pesca”.

Ideli Salvatti lembrou dos encaminhamentos feitos desde sua posse. Segundo ela, a pedido da presidenta Dilma Rousseff, o Ministério da Pesca

e Aquicultura contribuirá para erradicar a miséria. Além disso, lembrou que o MPA participará do grupo que tratará sobre a divisão do Pré-Sal. O presidente do Sinpesca Pará e Amapá, Armando Burle, apoiou e afirmou que “as plataformas de extração de petróleo podem servir como um pólo pesqueiro”.

De acordo com ela, o setor tem que estar inserido, por exemplo, nas discussões dos processos licitatórios de exploração de petróleo e gás no Brasil,

“para mostrar que somos uma força econômica tão significativa quanto essas”, disse. Lembrou que além de envolver pescadores que são atingidos pela construção de barragens ou pelo deslocamento de suas áreas para exploração do petróleo, a pesca e aquicultura tem que ser um fator de inclusão social e de geração emprego para pessoas envolvidas e atingidas por estes processos.

O presidente do Sindipisca CE e PI, José Maria Veras, disse que será feito um estudo para saber quais os danos dessas plataformas para o setor da pesca. “É revoltante. Na Bahia de Guanabara temos uma exclusão de pesca em toda aquela região. Nós também somos afetados”, lembrou. “O pescador precisa ser reconhecido. Ele é atingido por construção de barragens da mesma forma que um agricultor também é com a inundação”, enfatizou.

Sobre o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota), Salvatti ressaltou que já foi enviado ao Congresso Nacional alterações que precisam ser feitas no Programa. “Do jeito que está, não dá para ter fácil acesso a crédito”, enfatizou. A ministra explicou que pretendia incluir as alterações numa Medida Provisória, porém, a pedido de Dilma Rousseff, caso o setor pesqueiro nacional aceite,

será colocado como Urgência Constitucional. “A nova medida facilitará o acesso ao crédito para produção de pescado em tanques redes por meio do BNDES e para ampliação do Profrota – linha de financiamento para renovação da frota pesqueira nacional”, enfatizou. “Quero um retorno do setor até o final do mês para saber se estão de acordo ou não”, alertou a ministra da Pesca.

No decorrer da reunião, representantes de cada região apresentou à ministra alguns problemas que devem ser resolvidos. O presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC), Itamar Rocha alertou que é necessário potencializar a maricultura no Brasil. “Na China são produzidos 30 mil toneladas de bijupirá. Aqui no país, não sai do papel”, exemplificou. Estiveram presentes representantes do Rio de Janeiro, Ceará, Piauí, São Paulo, Santa Catarina, Pará e Amapá.

A ministra da Pesca lembrou também que a partir do dia 17 visitará todos os estados brasileiros e reunirá com os governadores de cada um para verificar a questão das licenças e entraves regionais do setor. “O primeiro estado será Santa Catarina. Os próximos serão São Paulo, Minas Gerais e Bahia”, adiantou.

Outro tema abordado foi a necessidade de produção de conhecimento

científico sobre o setor, para que haja alternativas de pesca nos períodos de defeso, bem como maior conhecimento sobre as espécies e os períodos mais adequados para proibição da pesca. Ideli finalizou pedindo uma proposta conjunta e viável para a implantação de um novo modelo de permissionamento, ou seja, uma alternativa eficiente para emissão das autorizações de pesca para as embarcações existentes. O presidente interino do Ibama, Américo Ribeiro Nunes, alertou aos representantes do setor que “para argumentar qualquer coisa junto ao Governo Federal é necessário ter dados concretos”.

Participaram também da reunião o presidente do Saperj, Alexandre Espoigeiro, presidente do Sapesp, José Ciágliã, presidente do Sindipi, Giovanni Monteiro, o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários (FNTTA), Ricardo Ponzi, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, Luis Penteado e a presidenta do Sindifloripa, Ida Áurea, O secretário de Monitoramento e Controle do MPA, Elou Araújo, o secretário Executivo do Conape, Francisco Veríssimo, e o assessor de Assuntos Estratégicos, João Scaramelo, também participaram da audiência.



Ideli: “A nova medida facilitará o acesso ao crédito para produção de pescado em tanques redes por meio do BNDES e para ampliação do Profrota”